

NEGRA DA ROÇA: ANDANÇAS EM PRIMEIRA PESSOA

Ana Maria Anunciação da Silva¹, Antonio José de Souza²

¹Pedagoga. Pós-graduanda em Educação do Campo (IFBaiano/Serrinha). Professora da Educação Básica do município de Ichu/BA. Integrante do LaPPRuDes/IFBaiano.

E-mail: annaichu@hotmail.com

²Doutorando do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) – Universidade Católica do Salvador (UCSal). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Professor-orientador da primeira autora.

E-mail: tonnysouza@gmail.com

Resumo: Neste estudo, a autora volta à infância, “pisando” o passado com pés de quem compreende o sagrado; num cenário simples, tocante e reflexivo. A autora escreve e compartilha partes das crônicas da criança negra que, ao caminhar no chão batido e árido rumo à escola da cidade, percebeu-se “inconveniente” por suas diferenças. Cresce e se torna professora consciente das identidades e culturas do campo/roça. Vale destacar que a mencionada seção é fragmento de um estudo maior, orientado pelo segundo autor.

Palavras-chave: Identidades e Culturas. Docência. Ruralidades.

1. Introdução: prerrogativa das lembranças

A docência me conclama para um debate político, a uma reflexão, diálogo e ação. Sinto-me provocada a pensar sobre mim mesma, compreendendo os meus vínculos nesse lugar em que vivo e sobrevivo. Por isso, enquanto mulher negra, agricultora, moradora, docente da Educação Básica, pesquisadora do Campo¹/roça², enfrentei a seca, a fome, a exploração dos latifundiários e ao desprezo do Poder Público. Por isso, como autora das palavras em primeira pessoa, aquela que tem a prerrogativa das lembranças ressignificadas, volto à infância, “pisando” o passado

¹ A visão de campo pode ser melhor compreendida da seguinte forma NO: o povo tem direito de ser educado no lugar em que vivem, DO: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura, e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004).

² A “roça” é concebida aqui a partir da concepção de Rios (2011, p. 13), tomando-a como uma “ruralidade [...] envolta, principalmente, na semiótica da terra” que, sobremaneira, tem um papel estruturante na constituição da identidade.



com pés de quem compreende o sagrado; projetando-me como “[...] iluminuras a tela de [minhas] lembranças [em] cenas geradas [...]” (SOUZA, 2018a, 74) num cenário simples, tocante e reflexivo. Escrevo e compartilho parte das crônicas da criança negra que, ao caminhar no chão batido e árido rumo à escola da cidade, percebeu-se “inconveniente” por suas diferenças. Cresço diante dos olhos curiosos e típicos de leitores/as, tornando-me professora consciente das identidades e culturas do campo/roça.

2. Desenvolvimento: andanças entre o Eu e o “Outro”

Filha, neta, bisneta e tataraneta de agricultores, pertencço a uma família batalhadora, pobre e resiliente, moradora da Comunidade de Licurí no Município de Ichu-Bahia, um lugar essencialmente rural, localizado geograficamente no Território do Sisal no semiárido baiano. A comunidade de Licurí, o lugar em que moro, possui o nome de uma planta resistente, de frutos saborosos, os quais desde cedo aprendi a comer cru, maduros, secos e cozidos, principalmente, nas noites de lua cheia, nas quais sentávamos na esteira para ouvir histórias contadas pela minha avó. Assim sendo, falo com legitimidade dessa existencialidade “da roça” onde deu-se a minha construção identitária pelos meandros do trabalho na terra e pelo suor vertido do trabalho braçal para viver e sobreviver.

Desde muito cedo aprendi a cavar a terra, plantar, capinar, colher, bater o feijão e o milho e domesticar a mandioca, ingredientes base da nossa alimentação diária que era totalmente natural. Na caatinga³ vivi experiências que guardarei por toda a minha existência, pois dela trago o exemplo da resistência e da esperança. Ali, entre chuvas e secas, entre a abundância e a escassez, aprendi a criar alternativas para subsistir. Armei a arapuca para pegar passarinhos e a inchó para pegar preás próximo aos gravatás⁴. A caatinga era a “mãe” que fornecia o umbu, a cajá brava, a pitanga, a

³ Segundo Roberto Malvezzi (2007) a caatinga é a cobertura característica do semiárido. No período chuvoso ela fica verde, florida e frondosa. Mas, quando chega a estiagem a caatinga hiberna, resseca e ganha uma aparência parda; eis a razão para o nome caatinga, termo indígena que quer dizer “mata branca”. Contudo, sua secura nada tem a ver com está morta, pois, basta chover para o espetáculo da ressurreição acontecer.

⁴ Uma bromélia espinhosa, resistente à estiagem, geralmente plantada para servir de cerca verde e separar uma propriedade da outra.



jabuticaba e a lenha para cozinhar, as folhagens do meu colchão para deitar, descansar e sonhar. Envolta nessas experiências, que hoje me “arrancam” lágrimas emocionadas, iniciei minha vida escolar em uma escola rural multisseriada, isto é, pequenas escolas de classes multisseriadas, ou seja, onde se costuma ter um único professor responsável por diversos alunos de diferentes idades e séries/anos, porém reunidos em um mesmo espaço (SOUZA, 2018b).

Eu ia para a escola, também, pela merenda que tinha um novo cheiro, cor e sabor. O material didático da professora era só a lousa e o giz e os conteúdos trabalhados por ela eram sempre alheios a minha pessoa. Estudei numa escola rural⁵, a professora vinha de uma comunidade vizinha, montada em uma bicicleta *monark*, chegava suada, cansada, mas sorrindo. Era muito carinhosa, criativa e pontual. Eu queria a atenção dela só para mim e para cativá-la, no tempo livre, eu fazia desenhos para ofertá-la. Cada dia eu tentava desenhar melhor, eis o meu fascínio pela arte até os dias de hoje. A mobília da escola era a sobra das escolas da cidade, faltavam cadeiras, por isso, procurava chegar cedo para garantir o meu assento. Costumeiramente, socializávamos a borracha já desgastada do uso frequente ou o pequeno lápis.

No ano de 1995 passei para uma outra etapa, o antigo ginásial, por isso tive que ir de um lugar para o outro, pois na roça, daquela época, não havia escola com essa modalidade. Por isso, sofri com o impacto da mudança de sair de uma escola da roça para uma escola da cidade, afinal os colegas de escola eram, também, aqueles com quem pegava água nos tanques, fontes e represas longínquas. Com quem dividia as veredas em busca de lenha ou a caminho da escola. Tínhamos as mesmas origens e conhecíamos a mesma pobreza, então não estranhávamos o lápis raquítico, o caderno de arame simples e o chinelo desgastado.

⁵ Moura (2003) apresenta a educação rural como metodologicamente descontextualizada da realidade do campo/roça e dos processos identitários culturais. Desse modo, reforçava que devíamos aprender para não terminar como nossos pais, morrendo no cabo da enxada por não saber ler e escrever, que ser da roça era coisa de matuto, brocoió, pé-rapado, ignorante, que o pessoal da cidade era mais inteligente pelo fato de viver na cidade, e que para ser feliz, teríamos que tirar os documentos, migrar para a cidade e ter oportunidade na vida. Tais posturas reforçaram, dessa forma, a negação da identidade, a baixa estima a vergonha do lugar e dos nossos pais.



Tive medo. O medo de ser “o outro”, o estranho, o exótico na cidade. Era ter a minha ‘diferença’ revelada diante do preconceito por ‘ser da roça’. Era o medo de ter a minha subjetividade violentada pela expectativa infeliz de ser “menos inteligente”, gerando inúmeros fatos, atitudes, falas e silenciamentos. Na sala era comum a comparação inferiorizante entre os materiais escolares, as vestimentas, calçados, do sotaque na fala e do meu “cabelo bombрил”.

Todas as professoras moravam na cidade e eram inteligentes, respeitosas; uma, inclusive, tornou-se minha madrinha de crisma, mas, suas aulas não abordavam aspectos referentes às identidades⁶ do campo/roça. Durante o intervalo das aulas nós brincávamos com bola, esse momento revelava explicitamente às diferenças, os grupos e os pertencimentos: o campinho improvisado de futebol para os “pretos” e a quadra para os “brancos”. A cantina onde vendia alguns lanches, era um lugar tão próximo e tão distante. Próximo porque fazia parte da estrutura da escola; distante, pois eu precisava ter condições financeiras para poder acessá-la.

Vários foram os eventos preconceituosos que vivenciei, por exemplo, quando estava com os cabelos soltos, naturalmente crespos, volumosos e eu saía radiante de casa, mas, infelizmente, voltava com alguns chicletes mascados colados neles. Doía para retirá-los, afinal, depois de tanto puxa, estica o jeito era a tesoura. Doía principalmente por dentro. Por que faziam isso comigo? Eu não compreendia, mas, mais uma vez eu escutava em casa “que não deveria soltá-los”. Por isso, passei a usar produto químico no cabelo a fim de não ser diferente e, portanto, alvo desses episódios. Definitivamente, tratava-se da intenção de tornar-me mais próxima do “ser da cidade” para não sofrer sanções e punições “por ser da roça”. Inicialmente fiz o jogo do tornar-me “um outro aceitável”. Mas, com o tempo rebeleime, desse modo, quando a turma dividia as personagens das dramatizações fictícias, recusava, por exemplo, o papel de empregada doméstica, rompendo com a expectativa que recaía sobre as mulheres negras “da roça” que viam seu futuro atrelado com as cozinhas alheias. Não

⁶ De acordo com Ciampa (1997, p.74) a identidade é consequência das relações que se dão e das condições dessa relação, “identidade é movimento é desenvolvimento concreto. Identidade é metamorfose.”.



à toa, muitas das minhas tias e irmãs seguiram “tal destino”. Recusar o papel significava renunciar um “destino” que me era certo.

Após concluir o magistério, passei anos resistindo migrar para Salvador, então eu “vendia o dia”, quer dizer, trabalhando das 7h às 16h em propriedades de fazendeiros, por uma quantia equivalente ao valor de 1 quilo de carne com osso, quando achava “convite”, pois os donos da terra não gostavam muito de chamar as mulheres para trabalhar. Ganhava pouco, até que ingressei na organização de Grupos Produtivos com os princípios da Economia Solidária⁷. Nesse movimento me fiz forte e aprendi outras formas de resistir. Realizei concurso do município de Ichu, pois o edital só exigia magistério para minha “sorte”. Estudei muito, foram dias, noites, madrugadas, abdiqueei de tudo que pude para passar e me tornar professora. Fui aprovada e, posteriormente, lotada numa escola da cidade.

Ali eu era a estranha por ser a professora negra da roça sem experiência docente. Muitos dos meus alunos eram negros de classe popular e imersos em contexto de vulnerabilidade. Não entendia, mas hoje eu suponho, quais critérios eram utilizados para organizar as turmas, pois é comum nas escolas de Ichu que os filhos de pessoas brancas estudem pela manhã e de pessoas negras à tarde. Seria por isso que eu - professora negra - só podia lecionar para crianças negras? Problematizei isso por perceber a segregação, socializei com outras colegas, procurei algumas direções da cidade que não negaram o fato de que muitos pais dos alunos “brancos” não queriam “a mistura” e que eles, os pais, têm que trabalhar pela manhã. Eu como uma docente negra sempre questioneei se “os pais negros não têm nenhuma ocupação?”, no entanto, sempre recebi como resposta que se tratava de um privilégio cristalizado, por assim dizer!

Recebi a desconfiança em alguns olhares. A diretora não falava diretamente, mas queria que eu planejasse as aulas com a professora “branca, experiente”. Talvez eu tenha negado minha identidade de alguma forma, para me afirmar, ganhar confiança. Esforcei-me muito, até que galguei destaque pelo compromisso e criatividade ressaltada pela diretora. Passada essa fase, veio o processo eleitoral da

⁷ Na visão de Paul Singer (2002), a Economia Solidária é outro modo de produção cujos princípios básicos são a de propriedade associada ou coletiva do capital e o direito à liberdade individual.



cidade e eu fui transferida para uma escola no campo/roça, como castigo por ter feito oposição ao prefeito eleito. Recebi a portaria de transferência pelas mãos de um mototáxi, sem diálogo algum. Confesso que me senti inferiorizada não por lecionar na roça, mas pela forma como foi feita à transferência e pela falta de condições, por exemplo, não tinha transporte e, por isso, era obrigada a andar quatro quilômetros debaixo do sol e da chuva.

Fui bem acolhida na escola por todos indistintamente, inclusive pelo Diretor. Eu tinha sido professora do filho dele na cidade e ele conhecia o meu trabalho. Juntamente com a equipe desenvolvi um trabalho voltado à realidade do aluno, pois já havia sido instigada por Francisca Maria Carneiro Baptista⁸ e era conhecedora da metodologia do CAT⁹ desenvolvida pelo MOC desde sua implantação no município, da qual participava efetivamente, através do Movimento Social.

3. Por fim

Adentrei o território das memórias, das identidades e culturas do campo/roça por entender que “[...] cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida que nem sempre é vivida no emaranhado das relações sociais [...]” (CIAMPA, 1998, p. 127).

Nessa perspectiva, abri o caminho de minha história de vida, permitindo que algumas veredas fossem atravessadas, analisando como as identidades e a cultura do campo/roça emergem da minha história de vida-profissão-formação docente; identificando acontecimentos que impactaram essa trajetória formativa, refletindo sobre o que foi feito desses eventos/fatos, bem como sobre meu encontro com a identidade negra e os solavancos racistas de quando e vez.

⁸ Professora e militante do Movimento Social. Uma das personalidades mais importantes do MOC (Movimento de Organização Comunitária), responsável, entre outras coisas, por ministrar cursos de capacitação para docentes do campo/roça. O MOC foi fundado em 1987, possui uma trajetória de luta, autonomia, suas ações estratégicas baseiam-se na luta por direitos, na participação dos sujeitos para a busca de direitos fundamentais.

⁹ O Programa CAT (Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade do Campo) é desenvolvido pelo MOC em parceria com a UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), com as Secretarias Municipais de Educação e Sociedade Civil, contribuindo na elaboração de propostas curriculares que reflitam a realidade, através do princípio fundante da valorização da identidade do campo, da cultura e da diversidade. Tem a contextualização como regra, privilegia o território, as potencialidades, estimula a criação de projetos de vida, organização familiar, comunitária, política.



Referências

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. **Trabalho necessário**, ano 2, número 2, ano 2004, p. 1-16. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644/3444>> Acesso em: 16 dez. 2019.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. *In*: LANE, Silvia Tatiana Maurer; C. Wanderley. (Orgs.) **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 58-75.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007.

MOURA, de Abdalaziz. Filosofia e princípios da PEADS (Pe) e do CAT (Ba). *In*: BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro; BAPTISTA, Naidson de Quintela (Orgs.). **Educação rural: sustentabilidade do campo**. Feira de Santana, BA: MOC; UEFS; (Pernambuco): SERTA, 2003. p. 17-27.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. **Ser ou não ser da roça, eis a questão: identidades e discursos na escola**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Antonio José de. O HOMEM (parte 1). *In*: RAMOS, Isaac Almeida (Org.). **Poetize 2018, Concurso nacional novos poetas, Antologia poética**. Cabedelo/PB: Vivara Editora Nacional, 2018a, p. 73-74.

SOUZA, Antonio José de. **O já-dito e não-dito acerca das identidades e cultura afro-brasileira: histórias de vida-formação-profissão dos docentes de classes multisseriadas**. Curitiba: Editora CRV, 2018b.